

REFLEXÕES SOBRE A REPÚBLICA, EM MACHADO DE ASSIS

Maria Antonieta Pereira*

RESUMO

Tendo presenciado, ao final do século XIX, eventos decisivos da História do Brasil, Machado de Assis, em vários de seus textos ficcionais, aborda importantes aspectos relativos ao surgimento de tendências republicanas no país. As contradições geradas pela nova organização social, discutidas no romance **Esaú e Jacó** e nos contos “Teoria do medalhão” e “A sereníssima República”, são objeto de nossa análise que busca investigar a presença de conceitos relativos à República e à nacionalidade no Brasil, nos conflitos culturais e ambivalências lingüísticas abordados pelo autor enquanto análise do cotidiano nacional.

A vida, Janjão, é uma enorme loteria.
(Machado de Assis)

Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.
(Machado de Assis)

Enquanto Machado de Assis publicava os contos de **Papéis avulsos** e o romance **Esaú e Jacó**, o Brasil vivia um dos mais conturbados períodos de sua História. Editados em folhetim desde 1875 e finalmente reunidos em livro no ano de 1882, entre os contos de **Papéis avulsos** destacam-se “Teoria do medalhão” e “A sereníssima República” como formas discursivas que remetem às questões políticas e culturais que, naquele momento, agitavam a vida fluminense, ou seja, nacional. Da mesma forma, em **Esaú e Jacó**, publicado em 1908, através de histórias do cotidiano são discutidas as peripécias relativas à deposição de D. Pedro II e à instalação da República brasileira.

* Universidade Federal de Minas Gerais.

A partir do próprio título do conto, em “Teoria do Medalhão”, Machado de Assis utiliza da ironia para associar questões paradoxais como o indivíduo inútil mas importante e o esforço especulativo. Durante a narrativa, fica explicitada a singular conexão, em que o discurso paterno desenvolve cuidadosas reflexões com o intuito de orientar um jovem recém-chegado à maioridade, no sentido de ele obter posições relevantes sem fazer esforço. Composto apenas do diálogo entre pai e filho, o conto funciona simultaneamente como um relato de ensinamento e como uma paródia desse tipo de narrativa. Orgulhoso de seu rapaz, o pai lhe dedica uma hora seguida de conselhos, cujo objetivo é alertá-lo para a necessidade de desenvolver, desde já, seu ofício principal a fim de que, aos 45 anos, constitua um perfeito medalhão. Surpreendentemente, todo o trabalho de teorização do pai volta-se contra o próprio conceito de teoria já que ele recomenda ao filho aparelhar-se contra o perigo de desenvolver idéias, principalmente as de cunho pessoal. Dedicar-se a “um regímen debilitante, ler compêndios de retórica, ouvir certos discursos” são, na opinião do pai, matérias fundamentais na formação de um verdadeiro medalhão.

Nesse caso, torna-se importante optar pelo lugar comum de conclusões surradas e opiniões aceitas, simulando uma erudição respeitável, pela ostentação de frases de efeito e adjetivos bem colocados. Contudo, o aspecto vital da fala paterna pretende advertir o jovem efebo sobre a necessidade de que ele dê preferências ao discurso metafísico que, segundo ele, “não obriga a pensar e descobrir” (Assis, 1988, p. 74). A crítica à metafísica perpassa de tal forma a obra machadiana que podemos entendê-la como o reconhecimento da inutilidade de um estudo sistemático e racional sobre os fundamentos últimos do ser. Ao invés de causalidades ontológicas e liberdades individuais, Machado de Assis percebe casualidades, constrangimentos sociais, interesses miúdos e linguagens vazias compondo um cenário que só não chega a ser trágico porque o sarcasmo do narrador o impede. Em “Teoria do medalhão”, recomenda-se ao rapaz o uso da metafísica política, que se adequa a quaisquer filiações partidárias, permite ocupar com notoriedade a tribuna e provoca polêmicas inofensivas e, portanto ideais, para um figurão guindado a posições importantes. Através da imagem do medalhão, Machado desenvolve uma crítica mordaz às estruturas de representação do povo brasileiro que, nascentes naquele momento e ainda sob a batuta do Segundo Império, já apresentavam as enfermidades congênicas que as atacariam ao longo de sua existência curta e sazonal.

A questão do regime político brasileiro volta à baila na ficção machadiana, em “A sereníssima República”, conto escrito como se fosse uma conferência proferida pelo cônego Vargas, em que o mesmo relata a um público seletos seus experimentos científicos no sentido de organizar a República das aranhas. Em nota à primeira edição do texto, Machado de Assis afirma: “Este escrito, publicado primeiro na **Gazeta de Notícias**, como outros do livro, é o único em que há um sentido restrito: – as nossas alternativas eleitorais”. E acrescenta: “Creio que terão entendido isso mesmo, através da forma alegórica” (1989, p. 185). As reflexões desenvolvidas pelo autor a

respeito da República brasileira, antes mesmo de sua proclamação em 1889, apresentam-se também como uma história de ensinamento em que, a partir dos aracnídeos, discute-se uma nova forma de regime político para o país. Valendo-se de datas e números precisos – que recordam a atuação típica da ciência, baseada na manipulação de dados mensuráveis – a enunciação machadiana abandona por um momento a crítica declarada à metafísica e, à medida que mostra como a idéia da divindade é elaborada pelas aranhas, ou seja, pelos homens, dedica-se a desconstruir as certezas científico-religiosas. Impressionadas com a estatura, as vestes e a flauta do cônego, as aranhas reverenciam-no como se fosse um deus. Contudo, o fator decisivo de sua religiosidade é o fato de o cientista dominar o idioma aracnídeo e registrar em livro o desenvolvimento de experimentos que, para elas, funciona como o apontamento de seus pecados. O conto reafirma seu caráter alegórico quando o narrador declara que a língua das aranhas era “rica e variada, com a sua estrutura sintática, os seus verbos, conjugações, declinações, casos latinos e formas onomatopaicas” (Assis, 1989, p. 147), remetendo-nos, assim, ao idioma neolatino do Brasil. Ao longo do relato, é pela via da linguagem que Machado discute os episódios da formação republicana em terras brasileiras. Associando linguagem e poder, o conto critica veladamente as leis outorgadas por governantes autoritários, traça uma breve história da República, desde a experiência sereníssima de Veneza, e mostra como nenhum sistema político ou lingüístico está imune à fraude, à corrupção e, portanto, à necessidade de revisão sistemática. Em outra referência clara aos brasileiros, afirma o narrador:

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição, nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os solários de Campanela ou os utopistas de Morus; formam um povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias do papel, válidas no papel e mancas na prática. O que posso afirmar-vos é que, não obstante as incertezas da idade, eles caminham, dispondo de algumas virtudes, que presumo essenciais à duração de um Estado. Uma delas, como já disse, é a perseverança, uma longa paciência de Penélope, segundo vou mostrar-vos. (Assis, 1989, p. 148)

Através da ficção, Machado discute a proposta republicana advertindo os leitores quanto à impossibilidade da jovem nação brasileira resolver sua organização política num passe de mágica. Sem abdicar da crítica aos modelos de pensamento ocidental, pertençam eles à religião, à ciência ou à metafísica – teorias “válidas no papel e mancas na prática” – o narrador de “A sereníssima República” reivindica a ação do tempo para que amadureça entre nós um Estado democrático. A forma alegórica do conto permite-lhe mostrar como “as incertezas da idade” não eliminam a determinação de cidadãos-aranhas que insistem em tecer, destecer e tecer de novo a antiga urna de Veneza, como forma de se fazer representar de forma direta e livre.

Nesse sentido, a democracia das aranhas apenas é frontalmente desrespeitada quando, por ocasião da escolha de um cobrador de espórtulas, há denúncia de fraude e cabe a um letrado provar a ação dolosa. Dominando a filologia, a matemá-

tica e a metafísica, o indivíduo constrói um discurso pomposo e vazio, em que utiliza argumentos inteiramente falsos com o objetivo de mostrar o suposto prejuízo do candidato Nebraska, em favor de Caneca. Como não poderia deixar de ser, em se tratando de um relato machadiano, é pela linguagem que a República é construída e ameaçada. Ao final do conto, numa alusão clara ao humanista de Rotterdam, a personagem Erasmus relata a história de Penélope às aranhas encarregadas de tecer o saco de bolas da República, e conclui: “Vós sois a Penélope da nossa República (...); tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência”. Ao que tudo indica, para Machado de Assis, essa seria a linguagem apropriada ao florescimento da democracia brasileira. Paciência e sapiência, conceitos retirados das antigas cosmogonias, também poderiam funcionar como virtudes fundadoras de uma jovem República latino-americana.

Referindo-se à história bíblica, em que os filhos de Rebeca e Isac brigaram ainda dentro do ventre materno, em **Esaú e Jacó**, Machado de Assis apresenta mais um posicionamento a respeito da República do Brasil, desta feita através das divergências entre os irmãos Pedro e Paulo. Embora gêmeos e muito semelhantes, os moços são rivais em todos os aspectos, inclusive no que diz respeito ao amor que nutrem por Flora. Contudo, a partir do seu clássico triângulo amoroso, Machado desenvolve uma segunda história, imbricada na primeira, a respeito dos breves dias em que morreu o Império e se proclamou a República. Através de informações contraditórias, boatos e algum vozerio nas ruas, a narrativa mantém o leitor afastado dos principais acontecimentos históricos e, assim, remete à indiferença e ao alheamento populares diante da mudança do regime, no Rio de Janeiro de 1889. O capítulo “Recuerdos” constitui uma forma indireta do narrador referir-se aos eventos brasileiros: por meio das lembranças da personagem Aires, a narrativa alude a uma atriz que, em Caracas, teria atribuído dois clamores subseqüentes de vozes populares às respectivas caída e subida de governos venezuelanos. Também o Brasil, de um dia para o outro, mudou de nome, de regime e de governo. E embora não houvesse “nada mais parecido com um conservador que um liberal” (Machado, 1988, p. 105), a narrativa mostra como medidas urgentes passam a ser tomadas por liberais de última hora, no sentido de se acomodarem ao governo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Contudo, em **Esaú e Jacó**, a forma mais irônica através da qual se associa linguagem e poder pode ser encontrada na conturbada história de uma tabuleta. Proprietário da chamada “Confeitaria do Império”, a personagem Custódio mandou pintar nova tabuleta para seu comércio. Nesse ínterim, a República foi proclamada e não lhe restou outro expediente senão alterar o nome da Confeitaria. Contudo, mudar um nome já tradicional, ter mais gastos com outra pintura e inventar um novo nome exigiam esforços que ultrapassavam a disposição de Custódio. Recorrendo a um Aires já conselheiro, ambos se esfalfam na busca de uma nomenclatura adequada. Embora “Confeitaria da República” constituísse uma forma razoável, qual-

quer reviravolta política faria a questão retornar ao ponto de partida. O mesmo poderia ser esperado de “Confeitaria do governo”, nome capaz de provocar a birra de uma possível oposição. Manter o título “Confeitaria do Império” acrescentando-lhe a expressão “das leis” ou “fundada em 1860” poderia livrar a casa da implicância dos republicanos, mas quanto a isso não havia inteira garantia. Aires ofereceu ao comerciante mais duas opções: “Confeitaria do Catete” e “Confeitaria do Custódio”, as quais, ao contrário do que se pode imaginar, só fizeram aumentar-lhe o desespero.

Mais uma vez, na obra machadiana, a História do país é narrada por meio de conflitos do cotidiano. Assim, os confrontos entre os gêmeos – Pedro é monarquista e Paulo, republicano – depois da Proclamação, transformam-se em refregas políticas entre um deputado situacionista e outro de oposição. Mudando de discurso como de casaca, e ao mesmo tempo mantendo certas características básicas quanto à rivalidade e às divergências político-pessoais, as personagens de Machado também revelam uma espécie de “dialética da malandragem” (1993), expressão cunhada por Antonio Candido para discutir os recursos composicionais de **Memórias de um sargento de milícias**. Embora o romance de Manuel Antônio de Almeida guarde muitas diferenças relativamente à ficção machadiana, pensamos que a oscilação entre os pólos da ordem e da desordem também funciona como um importante elemento de construção dos contos e do romance aqui referidos. As personagens e os acontecimentos desses textos, debatendo-se entre a certeza e a dúvida, elaboram sob novas formas os conflitos entre identidade/alteridade, espelhamento/ distanciamento, cooperação/oposição, dualidades que parecem organizar, de alguma forma, o que de fato se dissemina quase incontrolavelmente enquanto multiplicidade discursiva típica da malandragem. O diálogo entre as obras de Almeida e Machado torna-se plausível inclusive por razões contextuais, se considerarmos que foram contemporâneos um do outro e de todos os grandes acontecimentos relativos ao Brasil do final do século XIX. Em texto introdutório a **Memórias de um sargento de milícias**, Eliane Zagury afirma:

É preciso ainda mencionar que, de 1857 a 1859, [Manuel Antônio de Almeida] foi administrador da Tipografia Nacional, onde parece ter tido um funcionário um pouco relapso, mas muito interessado em leituras e a quem protegeu como amigo: Joaquim Maria Machado de Assis. (Zagury, 1991)

Embora não seja nossa intenção estender-nos aqui sobre a proximidade profissional e afetiva entre os escritores, parece-nos que ambos investiram no debate que, ao final do século passado, buscava compreender e ao mesmo tempo ressemantizar a emergente nação brasileira. Nesse caso, enquanto a narração de Manuel Antônio de Almeida tratava de fatos do passado, numa perspectiva documental que reconstituía o “tempo do rei”, as histórias de Machado são contemporâneas de seu tempo e narram as mudanças pelas quais passava o Brasil, especialmente em sua transição do Segundo Império para a República. Outra distinção entre as obras é

que, enquanto as personagens de **Memórias de um sargento de milícias** remetem ao povo miúdo – ciganos, agregados, meirinhos e sargentos – a obra de Machado aborda, preferencialmente, outras camadas sociais – artistas, políticos, intelectuais e financeiros. Além disso, mesmo quando tematiza sujeitos das classes populares, a narrativa machadiana eleva-os à categoria de grandes pensadores, num processo de enunciação em que todo mendigo é também um príncipe, sendo a recíproca frequentemente verdadeira. Contudo, encontramos nessas obras dilemas semelhantes: triângulos amorosos, questiúnculas de vizinhança, hábitos de compadrio, favorecimentos, medalhões, corrupção, malandragem. Além disso, os grandes eventos da História são tratados pelos dois autores através das histórias do cotidiano. Ao tematizar os costumes, numa caricatura de funções e tipos sociais, Machado e Almeida apresentam uma linguagem que, sem deixar de ser elegante, também se apresenta suficientemente jornalística para se aproximar do incipiente mercado de leitores do momento. A enunciação folhetinesca e irônica de ambos os autores certamente interferiu na formação de um público receptivo à crítica dos costumes e dos regimes políticos. Ontem e hoje, os leitores forjados pela pena desses escritores, de alguma forma também compartilharam dos princípios propostos por uma “dialética da malandragem” que, extrapolando os limites do literário e atravessando toda a cultura nacional, dissemina sentidos, multiplica versões e expande o caráter fragmentário de relatos e verdades.

Dessa forma, embora o eixo construtor de **Esau e Jacó** aparente ser a questão do duplo, a narrativa abre-se numa profusão de sentidos em que o tema central é ampliado e decomposto remetendo, inclusive, a relatos posteriores, como **Memorial de Aires**. Tal disseminação do sentido parece constituir um traço discursivo típico do Brasil, em que a instabilidade de leis sociais e lingüísticas provoca, para o bem e para o mal, uma permanente oscilação da verdade. Sendo assim, poderíamos recorrer às reflexões de Candido sobre **Memórias de um sargento de milícias**, para compreender certos traços da construção dos textos de Machado:

No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos (...) tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas da sociabilidade atuaram com maior desafio e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência. (...) Não querendo constituir um grupo homogêneo e, em conseqüência, não precisando defendê-lo asperamente, a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos dominados ou estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência. (Candido, 1993, p. 50-51)

Escritor genial, Machado de Assis percebe os paradoxos político-estéticos que naquele momento já delineavam a constituição da República e das letras no Brasil. Capaz de ouvir a música da incipiente consciência nacional, o autor acerta seu tom narrativo à medida da galhofa brasileira e, simultaneamente, dá-se o direito de desafinar, acelerando ou retardando o ritmo da melodia nacional. Consciente do

papel da literatura enquanto discurso conformador da nacionalidade, Machado tematiza com discreta insistência e ferina sabedoria os eventos e as práticas sociais da capital do país. Não casualmente, seus narradores dedicam-se a dar conselhos, seja na figura do pai, em “Teoria do medalhão”, seja na metáfora de Erasmo, em “A sereníssima República”, ou no conselheiro Aires de **Esau e Jacó** e do posterior **Memorial de Aires**.

Convocar o leitor para a reflexão, espicaçando sua visão crítica através de sarcasmos e pontos de vista conflitantes, parece ser a forma encontrada por Machado para transmitir às jovens gerações da jovem pátria, o rigor e a flexibilidade simultâneos e necessários ao estabelecimento da democracia. Paciência e sapiência, contudo, só produzem efeito, na perspectiva machadiana, se a elas se acrescenta uma pitada de ironia. Desconfiar do estabelecido faz parte dos ensinamentos a nós delegados pelos narradores dos relatos aqui referidos. De tal forma isso ocorre, que a experiência é discutida par a par com sua própria contestação: a pedagogia do conselheiro inclui o desaprender, para saber melhor. Assim é que a maioridade da personagem de “Teoria do medalhão” confunde-se com a maioridade da sereníssima nação republicana. Por isso mesmo, ao final desse conto, o pai admite que “guardadas as proporções, a conversa [com o filho] vale o **Príncipe** de Machiavelli”. (Assis, 1989, p. 76)

O aconselhamento proveniente do narrador machadiano está explicitado também em seu texto ensaístico “Instinto de nacionalidade”, que constitui um dos mais importantes balanços críticos da produção literária brasileira, enquanto atividade artística vinculada ao discurso fundador da nação e, dessa forma, associada aos pressupostos democráticos e republicanos. Nesse texto, Machado considera que a independência do pensamento nacional “não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem de duas; muitas trabalharão por ela até perfazê-la de todo”. (1959)

É curioso como um autor aparentemente distanciado das questões sociais surpreende o leitor com intervenções pertinentes e lúcidas sobre política, literatura e nacionalidade, enquanto formas embrionárias de se conquistar uma sólida autonomia intelectual no futuro. Entendendo que o traço mais importante da literatura de seu tempo não passava de um sentimento ainda primário e instintivo, Machado aponta os caminhos pelos quais ele pode se transformar em importantes produções artísticas, em que o espaço do nacional possa ser construído pelo cruzamento do regional com o mundial. Contrário ao nacionalismo estreito, que proíbe o diálogo fecundo com a diferença, Machado também se preocupava com os problemas apresentados por uma literatura ainda imberbe, à qual faltava desde o discurso provocativo de uma crítica literária atuante e atualizada, até um público leitor numeroso e de gosto apurado. Ao ironizar os cânones metafísicos, científicos e religiosos que presidiam o saber de sua época, o autor nos deixa o legado da criticidade necessária para configurarmos o que ele mesmo chamou de “fisionomia própria” do pensamento nacional.

Se Platão idealiza uma República onde não cabem certas ficções, a literatura imagina uma República dedicada à fustigação impiedosa da metafísica. Lendo a tradição ocidental a contrapelo, Machado colabora na instalação daquilo que ele próprio defende como necessário ao Brasil – a criação de um pensamento nacional vigoroso e autônomo. Por essas vias, ele também contribuiu para o desenvolvimento de um público habituado a contradições e paradoxos, a partir dos quais se pode engendrar o leitor-malandro, produto e produtor de mesclagens realizadas entre o rigor e o acaso, a ordem e a desordem, o fato e a versão. Frutos dessa dialética, República e literatura funcionam como discursos que se atraem e se estranham e, tal como Pedro e Paulo, vão trabalhando em regime de cooperação antagônica, desenhando e rasurando as narrativas da nacionalidade e do pensamento crítico no Brasil.

ABSTRACT

As a result of the important events in the History of Brazil at the end of the 19th century, Machado de Assis, in many of his fictional writings, approaches some important themes relating to the emergence of the republican tendencies in the country. The contradictions brought about by the new social organization, as discussed in the novel **Esaú e Jacó** and the stories “Teoria do medalhão” and “A sereníssima República”, are object of our analysis which aims at investigating the presence of concepts relating to the Republic and nationality in Brazil, in the cultural conflicts and linguistic ambivalences approached by the writer as an analysis of the national quotidian.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ática, 1991.
- ASSIS, Machado de. **Papéis avulsos**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1989.
- ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1988.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.). **Obra completa: poesia, crônica, crítica, miscelânea e epistolário**. v. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. p. 815-823.
- BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política; e outros estudos**. Rio de Janeiro: Simões, 1957.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993. p. 19-54: Dialética da malandragem.
- ZAGURY, Eliane. Texto introdutório. In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 18. ed. São Paulo: Ática, 1991, 368p. (Tomo I, 3).